

Márcio Scalercio

Mestre em História pela UFF. Professor Titular da
Cândido Mendes. Professor do Departamento de Economia da PUC-RJ.

A Têmpera da Espada

Os fundamentos do pensamento das lideranças do Exército em 1968

Os movimentos de cunho político que marcaram o ano de 1968 tiveram, especificamente no Brasil, um importante papel, representado pelo questionamento ao poder militar que, a partir do movimento de abril de 1964, encabeçado por oficiais do Exército, juntamente com importantes setores da chefia das demais forças armadas e com o apoio de lideranças políticas civis nacionais, havia deposto o presidente da República João Goulart, estabelecendo um longo período de governos militares. É justo acrescentar que o golpe de Estado no Brasil teria contado com a simpatia do governo dos Estados Unidos, que não tardou a reconhecer a nova situação política instalada no país.



No momento imediato da ascensão dos militares ao poder, não existia qualquer projeto político acabado e consistente que indicasse que as lideranças militares permaneceriam à testa do aparelho de Estado brasileiro por tanto tempo.¹ As idéias iniciais consistiam em proposições, tais como o combate ao esquerdismo, perigosamente infiltrado em toda a parte, sobretudo na estrutura governamental — incluindo as forças armadas —, e os anseios de acabar com a doentia corrupção que solapava o país.² Uma vez tomadas as providências, corrigidos os rumos da nação e equacionados os problemas, os militares devolveriam o poder aos civis e sairiam de cena retornando aos seus afazeres de caserna.

Contudo, tinha início o ano de 1968 e lá estava o 'poder revolucionário'³ controlando tal qual um torniquete o governo do Estado. O marechal Castelo Branco, figura de grande projeção no Exército, chefe do estado-maior durante o governo João Goulart, seria sucedido na presidência da República, segundo consta, a contragosto, pelo ministro do Exército, o marechal Artur da Costa e Silva, cuja candidatura sustentava-se nos setores do oficialato das forças armadas, convencidos da necessidade da continuação da 'obra revolucionária'.⁴ A posse de Costa e Silva, em 15 de março de 1967, juntamente com a promulgação de uma nova constituição e de uma nova lei de segurança nacional, urdidas pelos formuladores jurídicos civis a serviço do regime, sinalizavam firmemente para a sociedade brasileira que a aventura iniciada em 1964, pelo menos por enquanto, não tinha hora marcada para acabar.

A certeza da continuidade indefinida do período discricionário teria sido a pedra de toque capaz de provocar importantes rachas no interior da improvisada coalizão político-militar que havia apoiado o golpe. Na área civil, organizava-se a Frente Ampla, uma aliança articulada por adversários de ontem — despontando as figuras de Carlos Lacerda, um revolucionário civil de primeira hora, Juscelino Kubitschek, cuja trajetória política havia sido rudemente interrompida pelo golpe e, mais tarde, João Goulart, que se encontrava no exílio. A determinação era de, através desta união entre contrários,

viabilizar um programa que garantisse o quanto antes o retorno à normalidade institucional.⁵

O mundo sindical também dava seus sinais de vida em 1968. O Ministério do Trabalho foi pego de surpresa diante do movimento grevista de Contagem, Minas Gerais. Os operários da Belgo-Mineira tomaram diretores da companhia como reféns, declararam-se em greve e exigiram um aumento de 25% nos seus vencimentos. Rapidamente, ao movimento dos 1.700 metalúrgicos da Belgo, uniram-se 15 mil trabalhadores das mais importantes indústrias da região.⁶

Ao mesmo tempo, ainda no seio da sociedade civil, as fogueiras da revolta e do descontentamento se acendiam nos pátios das universidades e nos colégios secundários. Desde 1967, o movimento estudantil se preparava para as importantes jornadas de luta de 1968. Os estudantes, por meio da liderança de grupos de esquerda que se multiplicavam na época e de suas entidades representativas — com a União Nacional dos Estudantes - UNE destacando-se nacionalmente —, viariam a tornar-se uma fonte vigorosa de oposição ao regime, ganhando as ruas, promovendo greves e aceitando o confronto direto e desigual com o aparato repressivo do Estado que, desde o golpe militar, e diante de tais desafios, tornava-se cada vez mais poderoso e violento.

O Exército, entendido como a corporação de destaque dentre as forças armadas brasileiras, é portanto um personagem

fundamental em qualquer análise que se faça sobre o quadro político brasileiro de 1968. A maré dos protestos, das mobilizações de massas, das manifestações de toda a sorte das forças de oposição tinham um único objetivo: o de desafiar o poder militar que se assenhorara do Estado. Nos arraiais oposicionistas, em 1968, já sem muitas delongas, falava-se abertamente da luta contra uma verdadeira 'ditadura militar'. As lideranças civis, integrantes do partido oficial — a Aliança Nacional Renovadora - Arena —, eram cada vez mais percebidas como mera figuração, uma dissimulação cosmética para um poder que, nos momentos decisivos, era exercido pelo brandir da espada e das tintas dos atos institucionais.

Se é correto afirmar que, se nos idos de 1964, o Exército e as demais forças armadas não possuíam um projeto político definido para a gestão do Estado por

muito tempo, a leitura que faziam da situação do país e do conjunto de circunstâncias do quadro internacional acabaria levando-os na direção de uma política de intervenção mais duradoura.

Na verdade, para entendermos com clareza o papel desempenhado pelo Exército no momento do golpe e em 1968, devemos atentar para dois importantes detalhes da trajetória republicana da corporação: em primeiro lugar, o fato de que não era a primeira vez que lideranças militares — particularmente do Exército — arrogavam para si os postos políticos estratégicos da nação. Afinal de contas, não é bom esquecer que tal atitude se concretizara desde o alvorecer republicano, evento este que teve nos oficiais do Exército seus principais protagonistas. Além disso, ao longo do período Vargas, especialmente no Estado Novo, o Exército assumiu o papel de principal institui-



O presidente Costa e Silva em 6 de abril de 1969. Arquivo Nacional.

ção fiadora do regime ditatorial. E é notório que, desde esta época, membros do corpo de oficiais passaram a assumir postos nas interventorias estaduais, nos ministérios e secretarias do governo federal, apartando-se temporariamente de suas funções profissionais propriamente ditas, ocupando-se de tarefas que normalmente seriam desempenhadas por quadros civis.⁷

Em segundo lugar, as lideranças das forças armadas, embora não possuíssem um projeto imediato de poder, tinham uma avaliação da conjuntura nacional e internacional razoavelmente bem definida já há algum tempo. No caso do Exército, a contribuição decisiva para esta possibilidade foi o processo de avanço da profissionalização da instituição, levado a cabo desde o início da República e, segundo acreditamos, consolidado durante o Estado Novo.⁸ Naquela etapa foram ultimadas as reformulações legais que permitiram a modernização dos mais importantes órgãos de direção e coordenação da corporação: o Alto Comando do Exército — responsável pelas diretrizes políticas que norteiam a corporação — e o Estado-Maior do Exército, que deveria assumir o papel de um 'estado-maior geral', isto é, o setor da corporação que se encarregaria da direção dos aspectos profissionais propriamente ditos. Além disso, várias modificações foram realizadas na estrutura do Exército com o fito de concretizar os seguintes objetivos: primeiramente, assegurar a expansão do setor técnico e de serviços, imperativo para a

atuação do Exército no ambiente bélico moderno. Em segundo lugar, novas leis que regulamentavam o sistema de promoções, objetivando que o acesso aos postos acima de capitão só poderiam ser almejados por aqueles oficiais que se diplomassem nos cursos profissionais devidos. Finalmente, a legislação consagra a expansão dos efetivos e provocava algumas alterações na 'ordem de batalha', ou seja, na disposição das unidades do Exército no território nacional. O espírito desta reformulação tinha como base os ensinamentos da Missão Militar Francesa que atuou junto ao Exército brasileiro de 1919 a 1939 e as observações acerca das mudanças no ambiente bélico provocadas pela Primeira Guerra Mundial.

É notório o raciocínio convencional e nem um pouco destituído de razão que indica que as corporações militares, quando aprofundam o processo de profissionalização de seus integrantes, acabam afastando-se das lides políticas mais amplas, sendo completamente absorvidas pelas questões técnicas diretamente relacionadas com suas tarefas. Além do mais, cabe dizer que no período histórico a que nos referimos — do início da República a meados da Segunda Guerra Mundial — as modificações que ocorreram no cenário bélico internacional foram verdadeiramente extraordinárias.

O fenômeno das guerras planetárias — uma nova forma de guerra —, na realidade de um enfrentamento entre potências industriais, demonstrou que a luta aca-

bava envolvendo toda a sociedade dos países beligerantes. Questões como a 'mobilização geral' para a constituição de forças armadas com vários milhões de homens e a reestruturação de toda a economia para sustentar o esforço de guerra passaram a ser a tônica da discussão dos estados-maiores de todo o mundo. O novo tipo de conflito que o sistema industrial proporcionava envolvia não apenas as forças militares em luta, mas toda a população.

A 'guerra total' era travada na terra, no mar e no ar. A artilharia de longo alcance, com munições inesgotáveis, juntamente com os aviões, cada vez mais modernos, seguros e eficientes, alvejavam e escureciam o céu das cidades inimigas, reduzindo-as em ruínas fumegantes. E a indústria, a agricultura e as frotas marítimas eram levadas ao seu máximo esforço com o intuito de repor as perdas gigantescas que a guerra moderna, faminta e perdulária devorava ou desgastava. A nova realidade impunha aos militares profissionais, mesmo aqueles pertencentes aos países mais afastados dos centros de conflito, a dura prova da adaptação ao novo cenário. Até porque diante da máquina de guerra moderna, que iniciara o século nas linhas de trincheiras e metralhadoras que contornavam a Flandres e rapidamente alcançara o tufão de radiação e morte de Hiroshima, nenhuma distância era grande o suficiente, nenhum lugar era seguro de verdade.⁹

O quadro externo ameaçador foi um dos

estímulos fundamentais para que os projetos de modernização e profissionalização do Exército brasileiro finalmente se concretizassem. Os oficiais da corporação, que no início do século se entretinham com discussões filosóficas positivistas, e que nos anos de 1920 se compraziam em promover uma troca de tiros mútua e contínua durante as lides tenentistas, certamente abandonariam tais práticas estranhas e inconvenientes sob a pressão das tarefas profissionais cada vez mais complexas.

Todavia, no caso do Brasil, tal fenômeno não ocorreu como os mestres da Missão Militar Francesa esperavam. A profissionalização do Exército, sua consolidação como uma força armada moderna, ao invés de afastar os membros da corporação da luta política, na verdade instalou-os pesadamente no centro decisório da mesma. Várias circunstâncias podem ter contribuído de modo substantivo para isso. Antes de mais nada, o avanço da organização do Exército, o aprofundamento de sua presença organizada no território nacional e o apuro profissional de seus quadros seriam elementos capazes de fortalecer a crença entre os oficiais mais profissionalizados de que as forças armadas, em geral, e o Exército, em especial, eram as únicas estruturas verdadeiramente nacionais do Brasil.

A questão é que a liderança política civil, entendida como precária, fragmentada e muitas vezes enredada pelos interesses

puramente regionais ou mesmo paroquiais, não havia desenvolvido a maturidade política necessária para estabelecer uma direção correta para a sociedade brasileira, ela mesma fragmentada e prisioneira de graves arcaísmos. O desfecho desse raciocínio é que o Exército — uma instituição verdadeiramente nacional —, que em meio ao ‘pântano do atraso’ brasileiro se destacava como uma das poucas organizações que reunia um bom número de quadros técnico-intelectuais, não poderia furtar-se a contribuir de forma mais decisiva na tarefa de conduzir os destinos do país.¹⁰

Os anos de 1930 foram o cenário histórico por excelência para a efetivação de tais idéias. Razoavelmente superadas as lutas facciosas que solapavam a unidade do Exército — já que a eficiência da ação política da corporação dependeria de um grau elementar de unidade —, a liderança do Exército despontava ao longo do período varguista como principal fiadora da nova situação política nacional. O grupo que se assenhorou do poder com o movimento de 1930 derivou de uma posição inicial vagamente liberal para uma ação política que se encaminhou na direção do fortalecimento do Estado, que após algumas etapas culminou com a ditadura estadonovista de 1937.

Nesse percurso, o Exército — depurado dos elementos que se inclinaram para visões ideológicas mais à esquerda com o levante comunista de 1935, de oficiais descontentes com a nova situação políti-

ca reinante a partir do movimento de 1930, com a guerra constitucionalista de 1932, e daqueles que discordaram da instauração do Estado Novo —, cerrou fileiras e assegurou a indispensável sustentação do regime autoritário. Os signos que em grande parte nortearam a conduta das lideranças do Exército brasileiro em 1964 e 1968 se consolidam naquele período: a noção do papel de destaque da instituição na sustentação do Estado, uma enorme desconfiança acerca da possibilidade dos institutos civis-liberais conduzirem, em termos viáveis, naquele momento, o processo político brasileiro e a crença de que a sociedade brasileira precisava ser defendida contra as influências de uma situação internacional cada vez mais complexa e ameaçadora.

Segundo esta visão, caberia ao Estado organizado estabelecer as metas que a sociedade brasileira, tristemente desorganizada, deveria alcançar. Wanderlei Guilherme do Santos, em trabalho recentemente publicado, percebe o fundamento substantivo desta linha política invocando as obras de Oliveira Viana e Azevedo Amaral. A leitura destes autores permite a construção de um conceito que esclarece de modo adequado as opções políticas de parcelas das elites brasileiras — incluindo a liderança do Exército — na direção de um projeto de fortalecimento do Estado.

Devido às suas circunstâncias específicas, só um Estado autoritário poderia levar a sociedade brasileira a progredir do está-

gio politicamente precário em que se encontrava até alcançar patamares de organização mais avançados, conforme os modelos das estruturas liberais das sociedades modernas do Ocidente. A lógica das circunstâncias, portanto, é que norteava a opção imediata por um 'autoritarismo instrumental' cuja meta seria, em primeiro lugar, minar as características parentais e oligárquicas do tecido social e, em segundo, evitar que a sociedade, por meio de suas próprias debilidades, se inclinasse por tomar 'tolas decisões' relativas tanto à escolha de uma liderança inconveniente, como à inclinação por políticas alternativas consideradas prejudiciais.¹¹

Avançando um pouco no tempo, até os

últimos anos de 1940 e da década de 1950, percebemos que este tipo de avaliação permanecia poderosa nas mentes de destacadas lideranças do Exército. Na verdade, tornava-se até mais abrangente e sofisticada. Ressaltamos, antes de mais nada, dois eventos essenciais do período: o início da guerra fria e a criação no Brasil, em 1948, da Escola Superior de Guerra - ESG. O período que marca o término da ditadura Vargas e a derrota do nazi-fascismo inaugurava um 'admirável mundo novo' repleto de oportunidades, mas também de tenebrosas preocupações.

Segundo o marechal Cordeiro de Farias, primeiro-comandante da ESG, em função do novo quadro planetário resultante da Segunda Guerra Mundial, fazia-se neces-



Manifestação estudantil em frente ao Superior Tribunal Militar. Rio de Janeiro, 4 de julho de 1968. Arquivo Nacional.

sária uma reavaliação do conceito de defesa nacional que havia sido elaborado nos anos de 1920 e 1930, à luz dos ensinamentos da Missão Militar Francesa e dos eventos da Primeira Guerra Mundial. O país deveria se preparar para o enfrentamento da ‘guerra subversiva’, filha dileta da guerra fria, uma modalidade de luta revolucionária em que o inimigo não veste farda nem ocupa abertamente o campo de batalha. Os revolucionários de esquerda — contando com o suporte internacional garantido pelo movimento comunista e se aproveitando dos inegáveis problemas gerados pela injustiça social, a miséria e a ineficácia ou a despreocupação das lideranças políticas nacionais em lidar com tais assuntos — certamente tentariam tomar o poder forçando a sociedade brasileira a assumir, como analisa Wanderlei Guilherme, uma ‘opção tola’.¹²

Cordeiro de Farias era um ‘tenente histórico’. Havia estudado na Academia Militar de Realengo e, em suas aventuras revolucionárias, fôra uma das lideranças da Coluna Prestes, episódio que, segundo ele, tinha lhe ensejado a oportunidade de ‘tomar um banho de Brasil’. Mais tarde, com a vitória do movimento de 1930, assumira postos de relevo durante o período Vargas, sendo o mais importante o de interventor federal no Rio Grande do Sul. Na Segunda Guerra Mundial, foi o comandante do grupo de artilharia da Força Expedicionária Brasileira - FEB, e na campanha da Itália, estreitou seus contatos com a liderança militar norte-americana.

Os cursos que freqüentou nas escolas militares dos EUA e sua participação na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos serviram para dar solidez a esses vínculos. Cordeiro conspirou contra Artur Bernardes nos anos de 1920, conspirou contra Getúlio, tramou contra João Goulart. Em todas essas oportunidades, jamais deixou de acreditar que a hipótese de poder autoritária se aprestava como um instrumento a ser utilizado com o objetivo de corrigir os rumos e desvios da sociedade brasileira — o ‘autoritarismo instrumental’ como o meio de levar a sociedade à modernidade liberal.

Para o marechal Cordeiro de Farias, portanto, o estágio da luta política internacional, instalado pela guerra fria e que poderia colocar em risco o projeto liberal brasileiro, impunha a necessidade de uma derivação do conceito de defesa nacional para o conceito de ‘segurança nacional’. O inimigo esquerdista agiria internamente, procurando solapar as instituições nacionais, infiltrar-se no aparelho de Estado, utilizando a seu serviço as técnicas modernas de insurgência. As forças armadas, por meio de suas estruturas de alto comando e do estado-maior, mais uma vez se apresentavam como as instituições mais habilitadas para derrotar tal ameaça. Só que deveriam contar com o apoio das lideranças políticas e empresariais da sociedade civil. A ESG, desde o início, preparou seu curso superior de guerra com o intuito de ministrá-lo tanto para civis quanto para militares de todas as armas, pois a luta contra-revolucionária

envolveria a todos.

As avaliações mais abrangentes e sofisticadas, que justificaram o exercício do 'autoritarismo instrumental' na orientação das lideranças do Exército em relação ao Estado e à sociedade brasileira, emergiram da ágil pena do general Golberi do Couto e Silva. O perfil da carreira militar do general Golberi foi totalmente compatível com o ambiente de profissionalização do Exército. Ingressou na Academia Militar de Realengo no ano de 1927, formando-se oficial de infantaria e primeiro aluno de todas as armas de sua turma.¹³ A partir dos anos de 1940, sua trajetória profissional é basicamente a de um oficial de estado-maior. Cursa, em 1941, a Escola de Estado-Maior do Exército - ECEME e, em 1943, se encontrava lotado no Estado-Maior da 3ª Região Militar. Em 1944, fez estágio no Exército norte-americano com o propósito de participar da FEB. Nos anos seguintes, além de ocupar um posto na Missão Militar do Brasil no Paraguai, esteve sempre vinculado às funções de planejamento, inteligência e ensino na qualidade de oficial de estado-maior. Serviu no Estado-Maior das Forças Armadas - EMFA, na Seção de Informações e Doutrina do Estado-Maior do Exército, na ESG e na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.¹⁴

Desse modo, o general Golberi encarnou todas as características de um oficial de elite, produto das escolas de estado-maior do Exército brasileiro modernizado. Além de uma sólida formação militar es-

pecífica, que tinha como base a Missão Militar Francesa e como arremate as influências das escolas militares norte-americanas, havia ainda um forte conteúdo intelectual, obtido no estudo das matérias de 'humanidades'. Afinal, os dédalos da ciência política, da antropologia, da história e da psicologia de massas não eram mistério para o general.¹⁵

No ano de 1967 vem à luz sua obra fundamental de avaliação do país, *Geopolítica do Brasil*. O livro é dividido em três partes e dois anexos. A primeira, reúne textos de sua lavra intitulados "Aspectos geopolíticos do Brasil", compostos entre 1952 e 1960. Na segunda parte, dedica-se às questões de definição dos conceitos de geopolítica e geoestratégia e às discussões da conjuntura internacional, enfatizando a América Latina e as áreas internacionais de entendimento e de atrito. Na terceira parte, o próprio título sintetiza o ponto de chegada de suas reflexões: "O Brasil e a defesa do Ocidente".

O general Golberi apresenta em seu livro, permeado de citações eruditas, de mapas e esquemas explicativos, a defesa vigorosa da necessidade do Brasil se integrar de modo irrestrito ao Ocidente. Ao falar sobre o 'Ocidente como ideal', o 'Ocidente como propósito' e o 'Ocidente como programa', Golberi entende que os aspectos geopolíticos, culturais e civilizacionais da cultura histórica brasileira apontam vivamente para um enquadramento do Brasil ao eixo ocidental. A civilização do Ocidente gerou ao longo do tempo um

corpo ideário amplamente partilhado pelos brasileiros que pode ser resumido nos seguintes termos essenciais: a ciência — como instrumento de ação; a democracia — como fórmula de organização política; o cristianismo — como supremo padrão ético de convivência social.¹⁶

Todavia, nos tempos de então, o Ocidente via-se ameaçado. O antagonismo que emerge da guerra fria nada mais é do que mais um dos duelos que a civilização ocidental teve de travar em sua trajetória

para sobreviver. Ontem, o conflito havia se desenrolado contra o Islã. No momento, a luta se dava contra a ameaça do bloco comunista. A ideologia comunista contestava de forma contundente e substantiva os valores mais caros do Ocidente. E, por meio da 'guerra subversiva', buscava minar os centros de poder do Ocidente, a América do Norte e a Europa Ocidental, através da busca do controle das áreas periféricas do mundo, mais frágeis culturalmente e economicamente mais



O presidente Costa e Silva cumprimenta o comandante do I Exército, durante almoço realizado na Vila Militar. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1969. Arquivo Nacional.

débeis — notadamente a América Latina.

O Brasil, portanto, seria um dos cenários ideais para o jogo diabólico da guerra subversiva. O objetivo do inimigo, presente nas associações de massas, nos movimentos populares, nos órgãos de imprensa, nas universidades e na estrutura do Estado, visava principalmente desviar a sociedade brasileira de sua marcha na direção da consolidação dos valores liberais consagrados pela herança ocidental. A tarefa da liderança mais esclarecida da sociedade, reunindo os empresários, os líderes religiosos, os cientistas e os militares, consistia em evitar que os desvios de rota se concretizassem, não só por meio da organização de um sistema de segurança nacional, como também de um compromisso que deveria envolver toda a comunidade brasileira, com um projeto bem arquitetado de desenvolvimento econômico.

O esforço brasileiro no caminho da segurança interna e do desenvolvimento contaria, certamente, com o apoio dos chefes políticos e grupos empresariais dos centros de poder ocidental. De lá pretendia-se esperar o suporte econômico e tecnológico indispensável para auxiliar a política de contenção das atividades esquerdistas e assegurar a modernização econômica. Para o general Golberí do Couto e Silva, todos os obstáculos à consumação do encontro final do Brasil com sua vocação ocidental deviam ser eliminados. Essa era uma batalha que seria travada internamente.

É possível acreditar que esse conjunto de idéias era, em 1968, compartilhado por um número substancial de oficiais do Exército brasileiro.¹⁷ Ao lermos os copiosos depoimentos das lideranças do Exército que atuaram na época, parece-nos correto afirmar que sua avaliação indicava que a ascensão dos movimentos de contestação ao regime era um sintoma claro da radicalização da trama subversiva antiliberal. Os integrantes dos grupos de oposição, mesmo aqueles que, destituídos de qualquer vínculo com os projetos de esquerda, participavam da luta política com o propósito de simplesmente ver restaurada a normalidade democrática no país estariam, apesar de tudo, prestando um serviço à estratégia da subversão.

Por outro lado, o Exército deveria também estar atento à necessidade de, em meio ao torvelinho de pressões crescentes, zelar por sua própria unidade. Todos os autores que analisam o Exército brasileiro no século XX afirmam que a corporação sempre conviveu com o fenômeno do facciosismo. Ideologias políticas, posturas profissionais, identificação com determinadas lideranças militares são alguns exemplos de critérios pelos quais as facções poderiam se estruturar. Nos depoimentos dos líderes do Exército fica claro que, no cenário constituído pelo golpe de 1964, o Exército havia se dividido, grosso modo, em duas grandes correntes: os 'moderados' e os 'duros'. Em 1968, por meio da liderança do marechal Costa e Silva, os 'duros' é que estariam no poder.

Devemos ressaltar que, a nosso ver, a diferenciação entre os grupos jamais foi muito clara e tampouco teria abarcado todo o pessoal profissional.¹⁸ Muitos oficiais e sargentos procuravam cumprir suas tarefas rotineiras, evitando, ao máximo, qualquer envolvimento político mais comprometedor. Outros, sentiam-se na obrigação de assumir determinadas posições, seja por lealdade ao chefe, seja por temor a represálias.

Contudo, mesmo aceitando a tese da divisão das lideranças do Exército entre 'duros' e 'moderados', tendemos a afirmar que sua diferença essencial era basicamente quanto à gradação da força de intervenção. Todavia, em 1968, a evolução dos acontecimentos levou tanto os 'moderados' quanto os 'duros' a assumir, temporariamente, uma crença semelhante, isto é, de que o destino do ideário liberal-ocidental no Brasil estava depositado nas mãos do Exército. Era urgente conter a ameaça representada pelas esquerdas e o Exército, que uma vez desafiado não poderia hesitar em defender o regime. Ceder às pressões oposicionistas, aos clamores dos estudantes e aos anseios de normalização institucional, naquele momento, implicaria numa desmoralização impensável da corporação, uma vitória indesejável dos projetos do inimigo interno. Por outro lado, mesmo os 'duros', que se caracterizavam por defender uma postura mais contundente no combate aos inimigos do regime, jamais demonstraram pretender que a 'fase revolucionária' durasse indefinidamente. Deveria permane-

cer enquanto a possibilidade da sociedade inclinar-se por 'opções tolas' persistisse. A espada seria brandida, golpeando o inimigo de modo letal até que este fosse definitivamente vencido. Simultaneamente, enquanto estivessem de posse das rédeas do poder, os militares aproveitariam o ensejo para promover as bases de um desenvolvimento econômico sólido para a nação brasileira, um projeto que se enquadrava claramente na idéia do 'autoritarismo instrumental' e nas reflexões da ESG e do general Golberi.

Os depoimentos de chefes militares identificados como 'duros' ou 'moderados' são unânimes em apontar os avanços dos movimentos de oposição em 1968 como um desafio ao regime que não poderia ser tolerado. Era a 'hidra' que não havia sido suficientemente liquidada em 1964, uma pedra no caminho de um Brasil liberal, herdeiro e portador das esperanças do Ocidente. O Exército, ao lado das demais forças armadas, acreditou que deveria responder ao fogo com mais fogo ainda. Suas estruturas foram modificadas com a finalidade de fortalecer e dilatar os grupos de inteligência e informações. Oficiais foram enviados para o exterior com o objetivo de aprender as mais modernas e tenebrosas técnicas de interrogatório e contra-insurgência.¹⁹ Desse modo, à luz dos depoimentos dos oficiais daquela época, a radicalização da oposição em 1968, ao invés de enfraquecer o regime, serviu, na verdade, para cerrar as fileiras do Exército em prol do endurecimento do mesmo.

Assim, o Brasil assumiria com toda a força seu lugar na trincheira da guerra fria. A necessidade de contenção interna do inimigo acabaria fazendo com que seu Exército se transformasse em polícia com um custo enorme para a instituição. O estabelecimento da ‘comunidade de informações’ e as alterações estruturais dentro do Exército, visando torná-lo compatível com as necessidades impostas pela política de segurança nacional trariam transtornos de toda a ordem na hierarquia militar. Isto se devia ao caráter secreto e prioritário da atuação dos órgãos

de segurança que, muitas vezes, podiam agir sem a autorização dos comandantes das unidades militares da área.

Os abusos e a violência desmedida, cometidos pelos membros destes órgãos de segurança, seriam atribuídos inapelavelmente à responsabilidade do Exército como um todo, denegrindo suas tradições e sua imagem perante a sociedade. Mas isso foi depois. Em 1968, o que importava era que a espada fôra desafiada e seus portadores convenceram-se que deveriam demonstrar, mesmo de forma impiedosa, que ela não se quebraria.

N O T A S

1. Essa opinião aparece com clareza nos depoimentos concedidos pelas lideranças do Exército e por oficiais de média patente, à época envolvidos no golpe militar. Segundo Otávio Costa, por exemplo, a intenção do marechal Castelo Branco era a de “dar um jeito na coisa e cair fora”. A ‘coisa’ a ser ajeitada seria o aparelho de Estado brasileiro, perigosamente infiltrado pelos esquerdistas e abalado pela corrupção. O jornalista Carlos Chagas, em seu livro sobre a crise política deflagrada pela doença do presidente Costa e Silva, afirma, de modo categórico, que a intenção de Costa e Silva — cuja candidatura à sucessão de Castelo teria sido sustentada pelos setores da ‘linha dura’ revolucionária — era promover uma reforma constitucional que levasse o país à normalização, encerrando assim a intervenção militar. Tal projeto teria sido inviabilizado pela doença e morte do presidente. A Junta Militar — integrada pelos ministros das forças armadas — assumiu o poder com a doença do presidente e abandonou tais pretensões de retorno imediato à normalidade institucional, articulando um candidato militar que deveria dar continuidade à ‘revolução’. Ver Maria Celina d’ Araújo, Gláucio Ari Dillon Soares, Celso Castro (org.), *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1993. Ver também Carlos Chagas, *113 dias de angústia*, Porto Alegre, LPM, 1979.

2. Bolívar Lamounier, "1964-85: o processo político durante o regime militar", em Bolívar Lamounier et al., *50 anos de Fundação Getúlio Vargas*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994, p. 59.
3. Os militares e civis que apoiaram o movimento de 1964, e os governos militares que se seguiram, faziam uso do termo 'revolucionário' ou 'revolução' para designar a sua ação e o tipo de situação política excepcional em que o país se achava na época. Os profissionais da história, da ciência política e da sociologia passaram boa parte dos últimos trinta anos tentando explicar que o movimento de 1964 não teria sido uma revolução e sim um golpe militar ou, no máximo, uma contra-revolução. Contou para isso, sem dúvida, a análise predominante expressa pela corrente de pensamento marxista-leninista, que entende como revolução um evento histórico que provoca necessariamente mudanças radicais nas estruturas sociopolítico-econômicas, apontando para o estágio terminal de um sistema social velho e a consolidação de um sistema novo, derivado das contradições do anterior. Assim, a visão marxista-leninista contraria a interpretação clássica de revolução inaugurada talvez por Thomas Hobbes, que utilizava o termo, retirado do vocabulário da astronomia, para designar os grandes movimentos sociais. De qualquer modo, os textos, documentos, manifestos e declarações daqueles que apoiavam o regime militar de 1964, jamais deixaram de enfatizar que a situação revolucionária se caracterizava como um 'grande movimento' da sociedade e por sua excepcionalidade. Ver George Sabine, *História das teorias políticas*, Portugal, Editora Fundo de Cultura, 1964, pp. 439-458. Ver também Maria Celina d'Araújo et al., *Visões do golpe*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
4. Sobre o descontentamento do marechal Castelo Branco em relação à candidatura de Costa e Silva, ver Maria Celina d'Araújo e Celso Castro (orgs.), *Ernesto Geisel*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.
5. Sobre a Frente Ampla, ver Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil, 1964-1984*, Petrópolis, Editora Vozes, 1987, pp. 126-128.
6. Ver Maria Helena Moreira Alves, op. cit., pp. 122-125.
7. Neste particular, a lista de oficiais temporariamente afastados do Exército exercendo funções em interventorias e secretarias seria imensa, destacando-se os tenentes revolucionários. Enumeremos alguns: Juraci Magalhães à testa da interventoria baiana, João Alberto Lins e Barros como interventor de São Paulo, Cordeiro de Farias na importante governança do Rio Grande do Sul, Ernesto Geisel como secretário de Fazenda da Paraíba.
8. Apresentamos esta visão em dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense em junho de 1995, intitulada *O Exército brasileiro e sua consolidação, 1934-1955*.
9. Para o conceito de guerra total ver Gerhard L. Weinberg, *A world at arms*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994. Ver também cel. Diniz Esteves (compilador), "Preparação

- para a guerra: política internacional”, *Documentos históricos do Estado-Maior do Exército*, Brasília, edição do Estado-Maior do Exército, 1996.
10. Henry Hunt Keith sustenta que esta postura era manifestada pelo corpo de oficiais desde os primórdios da fundação do Estado brasileiro. É um caso a se pensar... Ver Henry Hunt Keith, *Soldados salvadores*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1989.
 11. Wanderlei Guilherme do Santos, *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1998, pp. 42-61.
 12. Aspásia Camargo e Walder de Goês, *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1981, pp. 407-428.
 13. Para aqueles que conhecem pouco as inclinações que governam as mentes dos militares, é justo esclarecer que entre eles a boa colocação na turma é considerada importantíssima. Os primeiros colocados têm preferência nas promoções durante toda a carreira e gozam de enorme prestígio aos olhos dos companheiros de farda.
 14. Golberi do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1967.
 15. O conjunto de citações que aparecem na obra do general Golberi é no mínimo atordoante. Em meio a uma inundação de autores citados, tais como Raymond Aron, Bertrand Russell, Karl Popper, Pareto, Clausewitz e Spengler, é inegável uma predileção entusiasta do general em relação às análises de Arnold Toynbee. Não temos razão para duvidar que o general Golberi tenha lido todos os compêndios que cita.
 16. Golberi do Couto e Silva, op.cit., p. 231.
 17. Além disso podemos encontrar essa avaliação constante nos documentos oficiais do EME. Ver cel. Diniz Esteves (compilador), “Comunismo no Brasil”, *Documentos históricos do Estado-Maior do Exército*, Brasília, edição do Estado-Maior do Exército, 1996.
 18. Esta opinião que apresentamos é baseada em conversas pessoais com oficiais, hoje na reserva, ou que alcançaram o generalato, e que em 1968 eram ainda tenentes ou capitães. Alguns deles se manifestam de forma crítica em relação ao papel dos militares naquela época, e tentavam concentrar-se, ao máximo, nas tarefas rotineiras. O meritório esforço dos pesquisadores em colher os depoimentos dos líderes militares do período poderia agora ser complementado com a organização de depoimentos daqueles que eram jovens oficiais em 1968. Algumas lideranças do Exército afirmam que o radicalismo revolucionário teria como base o oficialato mais jovem. Esta seria uma questão interessante a ser estudada.
 19. Sobre os cursos de informações e contra-insurgência freqüentados por oficiais brasileiros no exterior, ver Maria Celina d’Araújo et al., *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1993.

A B S T R A C T

The author analyses the part played by the Army during the year of 1968, in Brazil, calling the attention to the political movements that determined that year, on account of the long period of the military governments established after 1964.

In this context, it is emphasized the syndical movements, the strikes of the metallurgists in the state of Minas Gerais and the workers of the main industries of that region, the contestation to the military regimen by the students, and the unanimity of the Army, both the 'hard wing' and the 'moderate wing' in repressing all those opposition movements.

R É S U M É

L'auteur fait ici une analyse du rôle joué par l' Armée en 1968, au Brésil, en relevant les mouvements politiques qui ont signalé cette année, à cause du long période des gouvernements militaires établis à partir de 1964.

Dans ce contexte, on détache le mouvement syndical, les grèves des métallurgistes à l'état du Minas Gerais et des autres travailleurs des industries essentielles de cette région, la contestation au régime militaire par les étudiants, et l'unanimité de l'Armée, tant 'l'aile dure' que 'l'aile modérée' en réprimer tous ces mouvements d'opposition.